# PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA PLAMCON

## Os 9 Passos para elaboração

**Elna de Oliveira - Gerente de Preparação**

**Rodrigo Nery - Gerente de Operações**

DEFESA CIVIL SANTA CATARINA

CIGERD Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres

GOVERNO DE SANTA CATARINA

# O QUE É UM PLANO DE CONTINGÊNCIA?

Uma contingência é uma **situação de incerteza** quanto a um acontecimento de desastre ou uma situação de emergência, que pode ou não ocorrer em um dado período de tempo.

O Plano Municipal de Contingência de Proteção e Defesa Civil - PLAMCON é um **documento previamente elaborado para orientar ações diante de um determinado cenário de risco.**

Objetivos prioritários:

a) facilitar as atividades de preparação;

b) otimizar as atividades de resposta;

# DIRETRIZES

O Decreto n° 10.593, de 24 de dezembro de 2020, que regulamenta a Lei Federal nº 12.608/2012, define o plano de contingência (PLAMCON) como:

> “Um conjunto de medidas preestabelecidas destinadas a responder a situação de emergência ou o estado de calamidade pública de forma planejada e intersetorialmente articulada, elaborado com base em hipóteses de desastre, com o objetivo de minimizar os seus efeitos. (BRASIL, 2020, Art. 2°, IX)”

> “Nada mais é do que um documento no qual se faz a pactuação de processos de gestão de riscos de desastres, estabelecendo-se acordos antecipados entre os envolvidos para permitir ações de resposta mais oportunas e eficazes!”
>
> (Alexandre Lucas Alves, Secretário da Defesa Civil Nacional)

# OS 9 PASSOS

# PROPOSTOS PELA

# DEFESA CIVIL NACIONAL

## PASSOS DE ELABORAÇÃO DO PLANCON

Fonte: adaptado Brasil (2017e).

# Passo 1: Decidir pela elaboração e definir o cenário de risco

**RECORRÊNCIA DE DESASTRES**

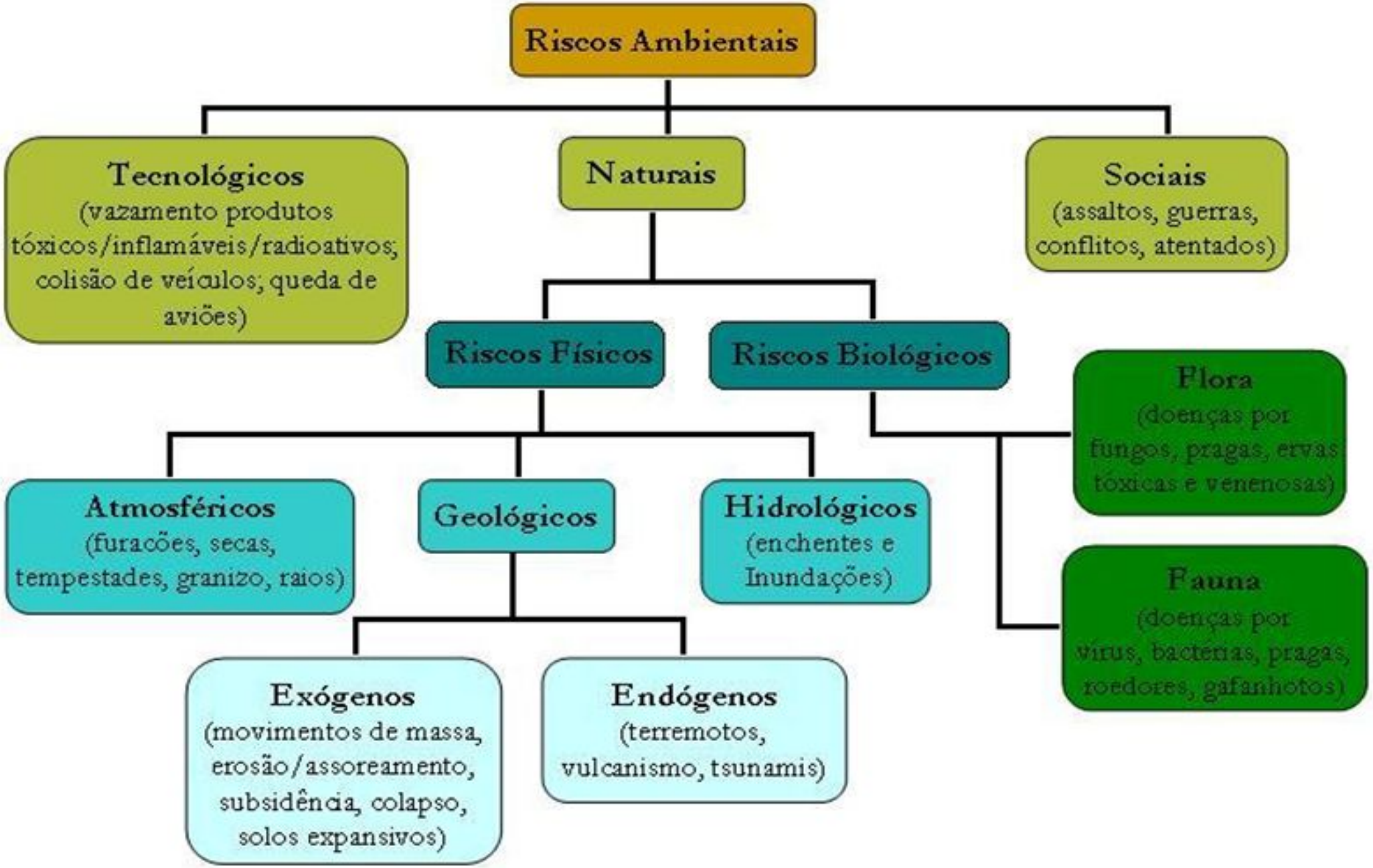
- a população e os gestores locais acabam criando estratégias para se preparar e responder às crises;

**PERCEPÇÃO DO RISCO**

- há um entendimento sobre a dinâmica que compõe dos riscos, das vulnerabilidades e da capacidade de resposta, fazendo com que haja ações de preparação;

**INDICAÇÃO DA OBRIGAÇÃO LEGAL**

- Lei 12.608/2012;


Riscos Ambientais
Tecnológicos
(vazamento produtos tóxicos/inflamáveis/radioativos; colisão de veículos; queda de aviões)
Naturais
Sociais
(assaltos, guerras, conflitos, atentados)
Riscos Físicos
Riscos Biológicos
Flora
(doenças por fungos, pragas, ervas tóxicas e venenosas)
Atmosféricos
(furacões, secas, tempestades, granizo, raios)
Geológicos
Hidrológicos
(enchentes e Inundações)
Fauna
(doenças por vírus, bactérias, pragas, roedores, gafanhotos)
Exógenos
(movimentos de massa, erosão/assoreamento, subsidência, colapso, solos expansivos)
Endógenos
(terremotos, vulcanismo, tsunamis)

# 2° passo: Compor o Grupo de Trabalho e definir o cronograma de atividades

Principais missões geralmente demandadas em situações de resposta:

- Busca resgate e salvamento;
- Socorro e Assistência;
- Comunicação;
- Engenharia e Infraestrutura;
- Abrigos;
- Logística Humanitária;
- Transporte;
- Segurança Pública; e
- Pesquisa e Avaliação;

GRAC
GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS

***GRAC MUNICIPAL***

***PLANO DE CHAMADA***

- Órgãos Municipais, Estaduais e Federais e entidades da Sociedade Civil;

## GRUPO DE TRABALHO: ELABORAÇÃO DO PLANCON DE <NOME DO MUNICÍPIO>

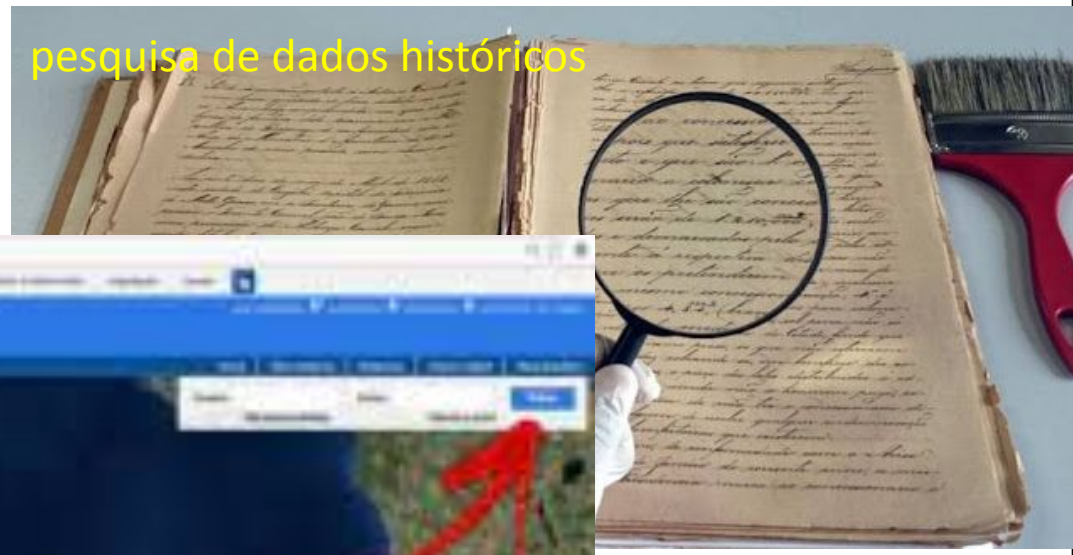
**Objetivo:** Elaborar o Plano Municipal de contingência de Proteção e Defesa Civil - PLANCON de <MUNICÍPIO> para <cenário de risco>;

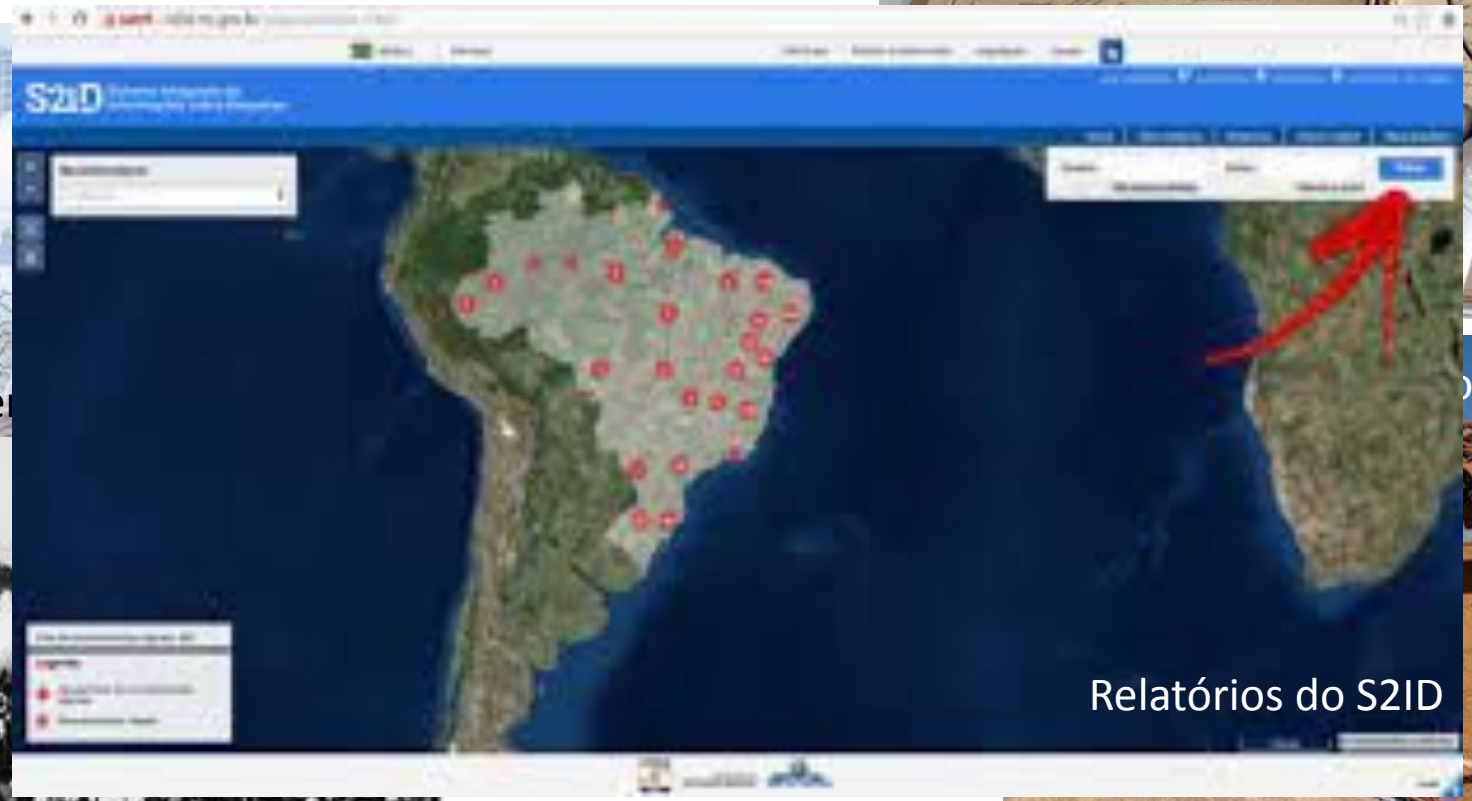
**Coordenação:** Prefeitura Municipal e Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC;

**Instituições Integrantes:** <citar todos as instituições participantes>

| Ord. | Etapas / Tarefas | Responsável | Prazo (dias) | Status | Mês para conclusão | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | J | F | M | A | M | J | J | A | S | O | N | D |
| **1. ETAPA INICIAL** | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.1 | Convocação para Reunião Inicial | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.2 | Reunião de apresentação do GT | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1.3 | Formação do GT | | | | | | | | | | | | | | | |
| **2. ANÁLISE DE CENÁRIO** | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1 | Aquisição de dados | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.2 | Avaliação dos dados obtidos | | | | | | | | | | | | | | | |
| **3. AÇÕES E PROCEDIMENTOS** | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.1 | Mapa de recursos | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.2 | Definição do Protocolo de Ativação do Plano | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.3 | Definição dos Limiares Críticos, Avisos, Alertas e Alarmes | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.4 | Protocolo de Mobilização | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.5 | Elaboração do Plano de Ação de Emergência | | | | | | | | | | | | | | | |
| **4. PRODUTOS FINAIS** | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4.1 | Consulta e Audiência Pública | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4.2 | Validação e Divulgação | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4.2 | Simulado e Revisão | | | | | | | | | | | | | | | |

# Passo 3: Avaliar o(s) cenário(s) de risco





## O QUE É O PLAFE - PLANO FAMILIAR DE EMERGÊNCIA?

O Plano Familiar de Emergência ajuda as famílias a se auto-proteger, preparando-as para agir de forma rápida e ágil a uma emergência que possa afetar sua habitação.

### 1 CONVERSE COM A SUA FAMÍLIA

Troquem informações sobre vulnerabilidades e riscos que existem em sua comunidade.
Não deixem as crianças fora dessa conversa, pois elas precisam saber sobre os riscos.

### 2 DETERMINE UM PONTO DE ENCONTRO

Escolham um lugar fora do seu bairro para ser um ponto de encontro da sua família. Compartilhem um contato de um familiar ou amigo que poderá lhes apoiar. Em uma emergência podem acontecer desencontros.

### 3 ESTABELEÇA ROTAS DE FUGA E SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

Elabore rotas de fuga dentro de casa, veja por onde é mais seguro sair se tiver pessoas na família com dificuldade de locomoção. Assegure-se que todas as saídas de emergência sejam acessíveis.

### 4 MANTENHA SEU PLANO ATUALIZADO

A cada seis meses reveja o plano de emergência com sua família, faça a simulação de rotas de fuga, certifique-se que os alimentos, água e outros itens não passaram da validade ou substitua-os por novos.

**NO VERSO, COLOQUE EM PRÁTICA AS INFORMAÇÕES PARA O SEU PLAFE - PLANO FAMILIAR DE EMERGÊNCIA.**

## POR QUE FAZER UM PLAFE?

Eventos adversos podem ocorrer sem aviso prévio, podendo causar sérios danos humanos, ambientais e físicos. Para prevenir e amenizar esses impactos é preciso conhecer bem a sua comunidade, saber quais tipos de ameaças, as melhores rotas de fuga, o abrigo mais próximo e quem você deve procurar em situação de emergência.

## KIT DE EMERGÊNCIA

## TELEFONES DE EMERGÊNCIA

| | |
|---|---|
| DEFESA CIVIL SANTA CATARINA — **199** DEFESA CIVIL MUNICIPAL | CORPO DE BOMBEIROS MILITAR SANTA CATARINA — **193** BOMBEIROS |
| POLÍCIA MILITAR SANTA CATARINA — **190** POLÍCIA | SAMU — **192** SAMU |

Mesmo com toda tecnologia não é fácil prever com grande antecedência a ocorrência de eventos adversos. É preciso analisar os níveis dos rios de cidades vizinhas, da nossa cidade, o acumulado de chuvas do período e a previsão meteorológica dos próximos dias. Fique tranquilo, a Defesa Civil avisará por vários canais caso algo possa vir a ocorrer.

## ALERTAS POR SMS

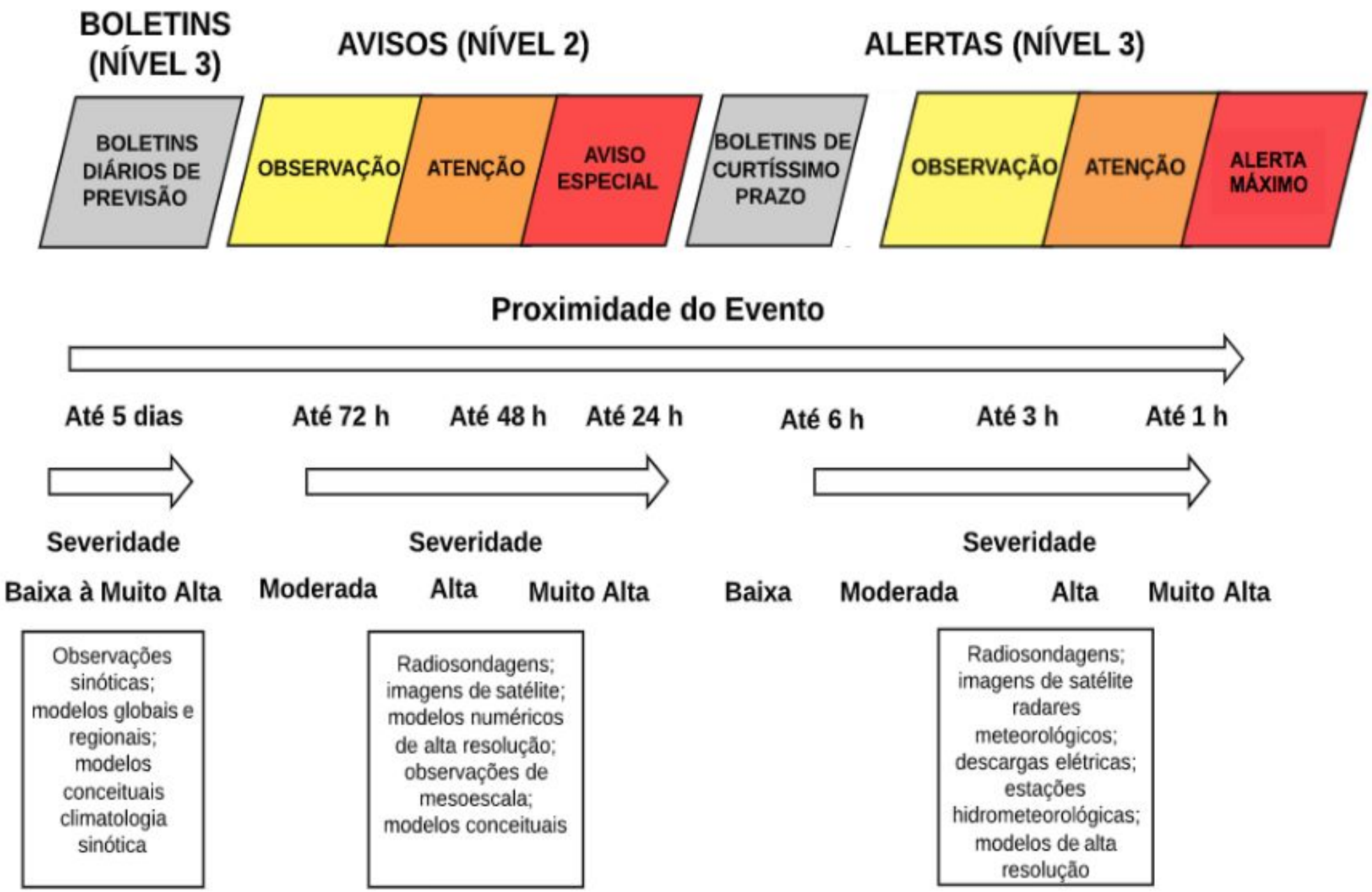
Envie um SMS para 40199 com o CEP de sua rua. Este recurso é gratuito e de grande utilidade!

Ou pelas redes sociais oficiais:

- www.defesacivil.sc.gov.br
- facebook.com/defesacivilsc
- @defesacivilsc
- @defesacivilsc

| Nível de Mobilização | Limiares Críticos | *Ações (Protocolos)* |
|---|---|---|
| **NORMALIDADE** | Dentro ou abaixo dos padrões normais ou de segurança; | *Monitoramento, atividades de rotina, planos de contingência, treinamentos, etc.* |
| **OBSERVAÇÃO** | Acima dos padrões de normalidade ou de segurança, mas que podem ser corrigidos ou suportados com recursos locais e equipes regulares; | *Emitir ou Analisar os Avisos e se necessário ativar os protocolos de preparação para emergência (monitoramento intensificado, comunicação de risco, prontidão e mobilização de agências parceiras, etc).* |
| **ATENÇÃO** | Identificada situação fora dos padrões de normalidade estabelecidos somado à ocorrência de danos ou prejuízos, havendo cenário prospectado da permanência ou intensificação da situação com necessidade de organizar ações integradas para uma efetiva resposta. | *Emitir ou Analisar os Alertas / Alarmes, ativar o Grupo de Ações Coordenadas - GRAC do Município e ativar os protocolos de atendimento emergencial (abertura de abrigos, evacuação de áreas de risco, bloqueio de acessos a áreas sensíveis, convocação de equipes de atendimento especializado, etc).* |
| **EMERGÊNCIA** | **Situação muito acima do padrão de normalidade estabelecido, com ocorrências generalizadas por tipo e localização, com duração do cenário de risco duradouro, onde há necessidade de estabelecimento de operação de resposta complexa e integrada.** | *Emitir ou Analisar os Alertas / Alarmes, manter as estruturas de resposta, assistência e restabelecimento ativas além de observar a integração de outras equipes/membros tanto para ações diferenciadas bem como para revezamento com as equipes que já estavam em atendimento;* |
| **CALAMIDADE** | **SITUAÇÃO MUITO CRÍTICA COM O COMPROMETIMENTO DE ESTRUTURAS E INSTITUIÇÕES ONDE OS DANOS HUMANOS E MATERIAIS SÃO INCONTÁVEIS E HÁ NECESSIDADE DE APOIO COMPLEMENTAR EXTERNO.** | *Emitir ou Analisar os Alertas / Alarmes, manter as estruturas de resposta, assistência e restabelecimento ativas além de observar a integração de outras equipes/membros tanto para ações diferenciadas bem como para revezamento com as equipes que já estavam em atendimento, nessa situação normalmente equipes de outros municípios, regiões, estados ou mesmo de outros países podem ser requisitados, ou ofertados para apoio às ações;* |

# Sistemas de avisos e alertas


BOLETINS (NÍVEL 3)
AVISOS (NÍVEL 2)
ALERTAS (NÍVEL 3)
BOLETINS DIÁRIOS DE PREVISÃO
OBSERVAÇÃO
ATENÇÃO
AVISO ESPECIAL
BOLETINS DE CURTÍSSIMO PRAZO
OBSERVAÇÃO
ATENÇÃO
ALERTA MÁXIMO
Proximidade do Evento
Até 5 dias
Até 72 h
Até 48 h
Até 24 h
Até 6 h
Até 3 h
Até 1 h
Severidade
Baixa à Muito Alta
Severidade
Moderada
Alta
Muito Alta
Baixa
Severidade
Moderada
Alta
Muito Alta
Observações sinóticas; modelos globais e regionais; modelos conceituais climatologia sinótica
Radiosondagens; imagens de satélite; modelos numéricos de alta resolução; observações de mesoescala; modelos conceituais
Radiosondagens; imagens de satélite radares meteorológicos; descargas elétricas; estações hidrometeorológicas; modelos de alta resolução

WhatsApp

# Passo 4: Definir ações e procedimentos

**Definir para cada cenário de risco:**

- atribuições (o que fazer);
- critérios de ativação do plano (protocolos de emergência);
- responsáveis (quem faz);

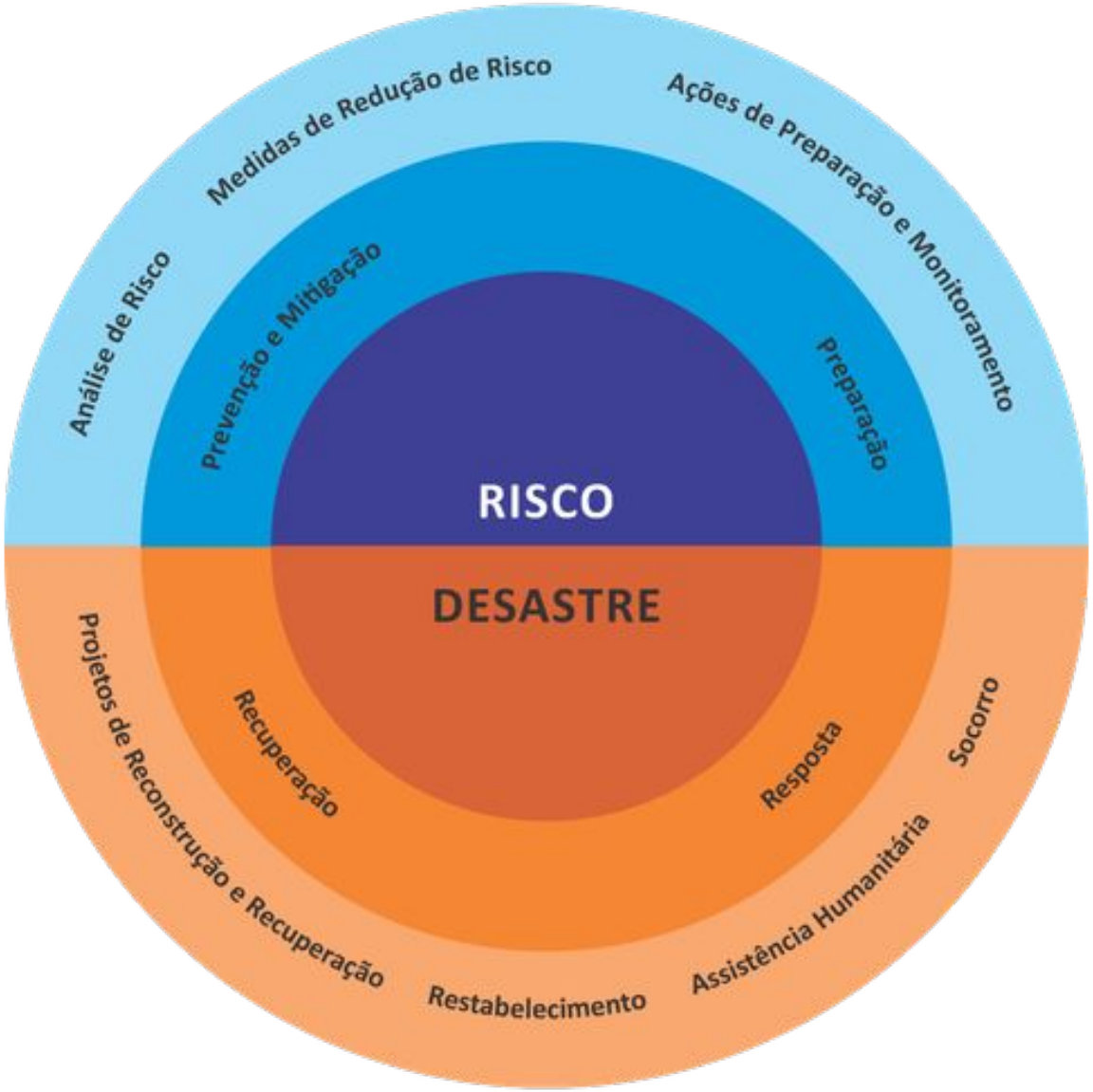
**Levantamento de capacidades:**

Recursos Humanos (pessoal administrativo e técnico);

Recursos Materiais (instalações, veículos e viaturas, equipamentos e ferramentas, EPI, material de sinalização, vestuários adequados e outros itens necessários para os atendimentos iniciais;

Planejamento da coleta e distribuição de itens de assistência humanitária (logística);

# GESTÃO DE RISCOS




# GESTÃO DE DESASTRES

# Ciclo de Gerenciamento de Desastres

VISÃO SISTÊMICA

# Acionamento do PLAMCON

- Acionar o plano de chamada;
- Definir o local onde será montado o gabinete de crise,
- Definir o posto de comando próximo à zona quente do desastre (conforme o SCO);
- Iniciar os períodos operacionais e a compilação das informações;
- Definir outras medidas administrativas que se fizerem necessárias como, por exemplo, definir quais órgãos e instituições deverão ser acionados num primeiro momento, como a comunidade será acionada ou evacuada conforme o caso;
- Definir a autoridade responsável pelo gerenciamento da crise conforme o nível e tomador de decisão conforme previsto no Protocolo;

# GRAC

GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS

# OPERACIONALIZAÇÃO DO GRAC

- NORMALIDADE - Grupos de Trabalho
  - Gerenciamento de Riscos

- EMERGÊNCIA - Comando Unificado
  - Gerenciamento de Desastres

# OPERACIONALIZAÇÃO DO CIOP:

- Níveis Operacionais
- Tempo de Mobilização
- Tipologia do Desastre

# ACIONAMENTO DO GRAC

## NÍVEL DE MOBILIZAÇÃO POR CLASSE DE DANOS

CIGERD – Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres
GRAC – Grupo de Ações Coordenadas

### NORMALIDADE

Código 0

STATUS DO CIOP: **RETORNO DA NORMALIDADE**

O Chefe da Defesa Civil, considerando que os níveis de criticidade retornaram ao nível de NORMALIDADE, agradece o empenho de todos envolvidos e retoma os trabalhos com foco na prevenção e preparação através da atuação dos Grupos de Trabalho do GRAC junto ao CIGERD.

Defesa Civil Santa Catarina – Governo de Santa Catarina

## NÍVEL DE MOBILIZAÇÃO POR CLASSE DE DANOS

CIGERD – Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres
GRAC – Grupo de Ações Coordenadas

### NOTIFICAÇÃO

Código 1

STATUS DO CIOP: **MONITORAMENTO INTENSIFICADO**

O Chefe da Defesa Civil, considerando as ocorrências em atendimento no Estado, NOTIFICA os membros do Grupo de Ação Coordenada (GRAC) para que estejam de prontidão para possível mobilização junto ao CIGERD.

Defesa Civil Santa Catarina – Governo de Santa Catarina

## NÍVEL DE MOBILIZAÇÃO POR CLASSE DE DANOS

CIGERD – Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres
GRAC – Grupo de Ações Coordenadas

### CONVOCAÇÃO

Código 2

STATUS DO CIOP: **OPERAÇÃO DEFLAGRADA**

O Chefe da Defesa Civil, com base no Decreto 1.879 de 29/11/2013, CONVOCA os membros do Grupo de Ação Coordenada (GRAC) para atuarem como Elementos de Ligação na Operação no CIGERD.

Defesa Civil Santa Catarina – Governo de Santa Catarina

## NÍVEL DE MOBILIZAÇÃO POR CLASSE DE DANOS

CIGERD – Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres
GRAC – Grupo de Ações Coordenadas

### MOBILIZAÇÃO

Código 3

STATUS DO CIOP: **MOBILIZAÇÃO INTEGRAL**

O Chefe da Defesa Civil, considerando a gravidade das ocorrências em atendimento no Estado, MOBILIZA TODOS OS MEMBROS do GRAC (Grupo de Ação Coordenada) para atuarem na Operação Deflagrada no CIGERD.

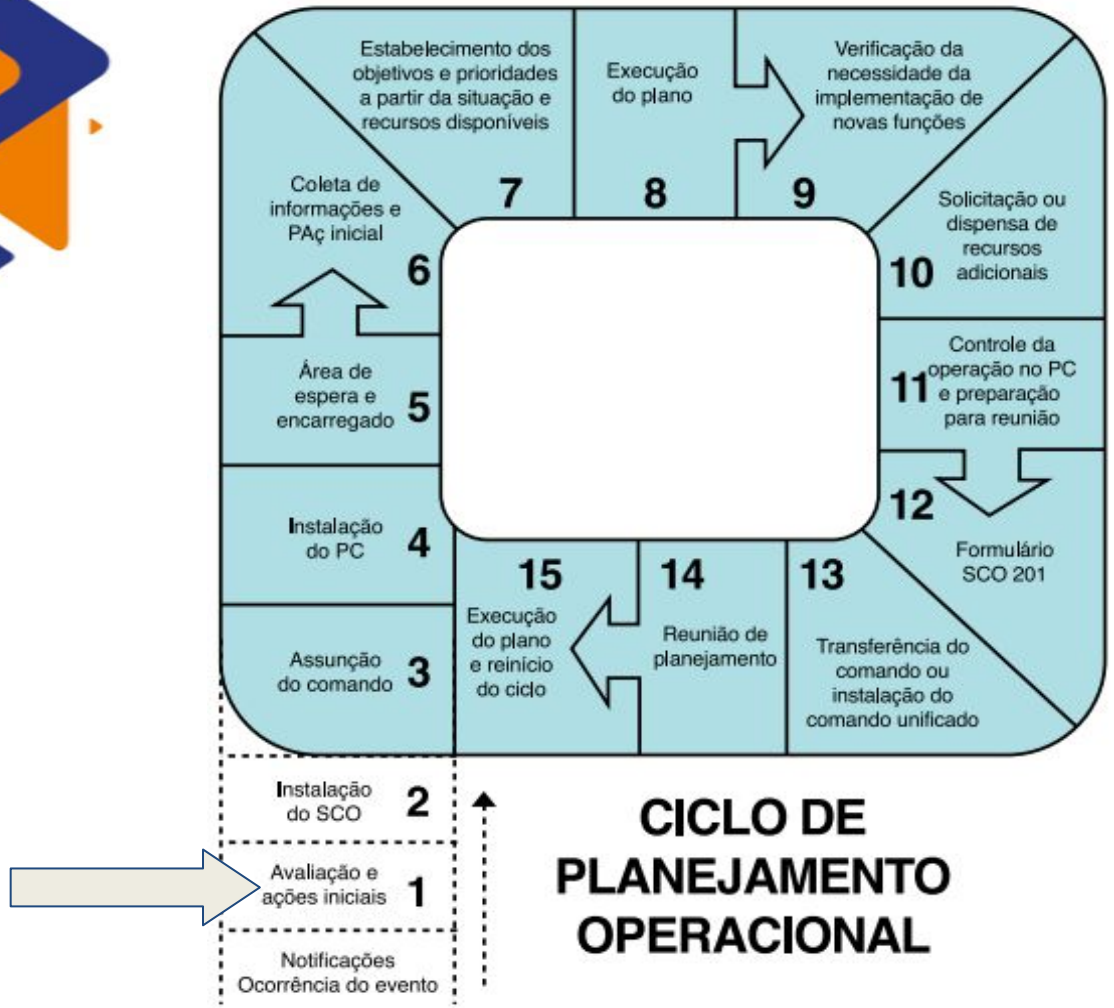
Defesa Civil Santa Catarina – Governo de Santa Catarina

# CANAIS DE COMUNICAÇÃO

WhatsApp

Google Drive

# SCO - Sistema de Comando de Operações




**Art. 10° Decreto N° 1.879**

- Uso do SCO em situações de desastre

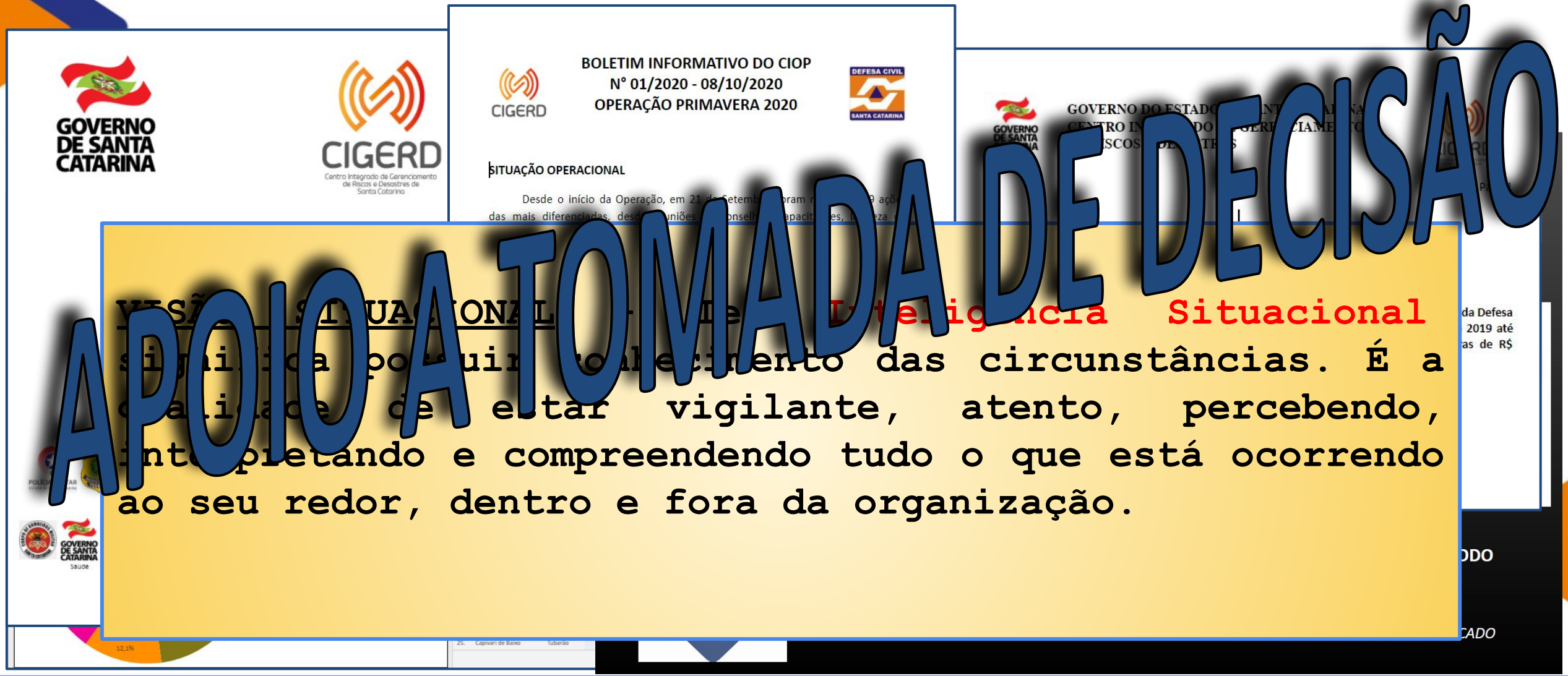
**Formulários SCO**

SCO - 201 - Informações Iniciais

SCO - 202 - Objetivos do período operacional

SCO - 204 - Ações táticas;

# Gestão da Informação e Relatoria




APOIO A TOMADA DE DECISÃO

**VISÃO SITUACIONAL - Inteligência Situacional** significa possuir conhecimento das circunstâncias. É a capacidade de estar vigilante, atento, percebendo, interpretando e compreendendo tudo o que está ocorrendo ao seu redor, dentro e fora da organização.

# Protocolo de mobilização por tipologia e classe de dano
# PAC 004.MOBIL

| NÍVEL DE MOBILIZAÇÃO POR CLASSE DE DANO | | 0 - VERDE<br><br>Classificação utilizada nos períodos de normalidade, nos quais o Cigerd encontra-se funcionando permanentemente. | 1 - AMARELO<br><br>Emergências locais, consideradas ocorrências de rotina (acidentes de trânsito, incêndios em edificações, acidentes de trabalho etc.) ou verificados danos humanos e/ou materiais de pequena intensidade e não generalizados. | 2 - LARANJA<br><br>Emergências de maior complexidade, extensão ou duração, necessitando de uma coordenação ou de procedimentos especiais.<br><br>Neste nível de mobilização, considerada a magnitude do evento, o comando do Cigerd deverá estar a cargo de um representante de governo com status de secretário de estado ou, no seu impedimento, do seu adjunto, conforme as atribuições da pasta e a tipologia do evento. | 3 - VERMELHO<br><br>Emergências de grande repercussão, que exigem uma postura organizacional não rotineira para a coordenação e gerenciamento das ações de resposta por períodos maiores ou em ambientes múltiplos,<br><br>Neste nível de mobilização, considerada a magnitude do evento, o comando do Cigerd ficará a cargo do Governador do Estado ou, no seu impedimento, do vice-governador. |
|---|---|---|---|---|---|
| TIPOLOGIA | C | **DESASTRES BIOLÓGICOS E EPIDEMIAS**<br><br>*Desastres relacionados ao aumento brusco, significativo, e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus, bactérias, parasitas ou fungos, com registro de danos humanos significativos.*<br><br>***Coordenação: Secretaria de Estado da Saúde*** | **Instituições trabalhando no gerenciamento de riscos correlatos à sua missão e atuação institucional.**<br><br>Instituições de pesquisa ou de outra esfera de governo podem integrar seus estudos a fim de contribuir com a integração das ações.<br><br>Ex.: SES (DIVE e VISA), EPAGRI, CIDASC, UFSC, UDESC, IFSC, entre outras. | Instituições mais afetas à ações de resposta a este tipo de ocorrências:<br><br>**DIVE / VISA / CBMSC / COMPDECs / Prefeituras (Saúde)** | É necessária a mobilização de recursos em nível estadual para as ações de resposta, com ou sem necessidade de apoio complementar da esfera federal. | É necessária a mobilização de recursos em nível estadual para as ações de resposta, bem como o apoio complementar da União. |

1.1.1.1.0
Tremor de Terra

1.1.1.2.0
Tsunami

1.1.2.0.0
Emanação Vulcânica

Quedas/Tombamentos
Rolamentos
1.1.3.1.1 - Blocos
1.1.3.1.2 - Lascas
1.1.3.1.3 - Matacões
1.1.3.1.4 - Lajes

1.1.3.2.1
Deslizamentos de
Solo e/ou Rocha

Corridas de Massa
1.1.3.3.1 - Solo/Lama
1.1.3.3.2 - Rocha/Detrito

1.1.3.4.0
Subsidências e
Colapsos

1.1.4.1.0
Erosão Costeira
Marinha

1.1.4.2.0
Erosão de
Margem Fluvial

Erosão Continental
1.1.4.3.1 - Laminar
1.1.4.3.2 - Ravinas
1.1.4.3.3 - Boçorocas

1.2.1.0.0
Inundações

1.2.2.0.0
Enxurradas

1.2.3.0.0
Alagamentos

1.3.1.1.1
Ventos Costeiros

1.3.1.1.2
Marés de Tempestades

1.3.1.2.0
Frentes Frias/Zonas
de Convergência

1.3.2.1.1
Tornados

1.3.2.1.2
Tempestades
de Raios

1.3.2.1.3
Granizo

1.3.2.1.4
Chuvas Intensas

1.3.2.1.5
Vendaval

1.3.3.1.0
Onda de Calor

1.3.3.2.1
Friagem

1.3.3.2.2
Geadas

1.4.1.1.0
Estiagem

1.4.1.2.0
Seca

Incêndios Florestais
1.4.1.3.1 - Incêndios em
Parques, APA, APP
1.4.1.3.2 - Incêndios em
áreas não protegidas

1.4.1.4.0
Baixa Umidade
do Ar

Epidemias - Doenças
Infecciosas
1.5.1.1.0 - Virais
1.5.1.2.0 - Bacterianas
1.5.1.3.0 - Parasíticas
1.5.1.4.0 - Fúngicas

1.5.2.1.0
Infestações de
Animais

Infestações de Algas
1.5.2.2.1 - Marés Vermelhas
1.5.2.2.2 - Cianobactérias

1.5.2.3.0
Outras
Infestações

2.1.1.1.0
Queda de
Satélite

2.1.2.1.0
Fontes Radioativas
em Processos de
Produção

2.1.3.1.0
Outras Fontes de
liberação de
radionuclideos

2.2.1.1.0
Liberação de Produtos
Químicos para Atmosfera
causada por explosão ou
Incêndio

2.2.2.1.0
Liberação de Produtos
Químicos nos Sistemas
de Água Potável

2.2.2.2.0
Derramamento de
Produtos Químicos
em Ambiente Lacustre,
Fluvial, Marinho e
Aquífero

2.2.3.1.0
Liberação de Produtos
Químicos e Contaminação
como Consequência de
Ações Militares

Transporte
2.2.4.1.0 - Rodoviário
2.2.4.2.0 - Ferroviário
2.2.4.3.0 - Aéreo
2.2.4.4.0 - Dutoviário
2.2.4.5.0 - Marítimo
2.2.4.6.0 - Aquaviário

2.3.1.1.0
Incêndios em
Plantas e Distritos
Industriais, Parques
e Depósitos

2.3.1.2.0
Incêndios em
Aglomerados
Residenciais

2.4.1.0.0
Colapso de
Edificações

2.4.2.0.0
Rompimento/Colapso
de Barragens

2.5.1.0.0
Transporte
Rodoviário

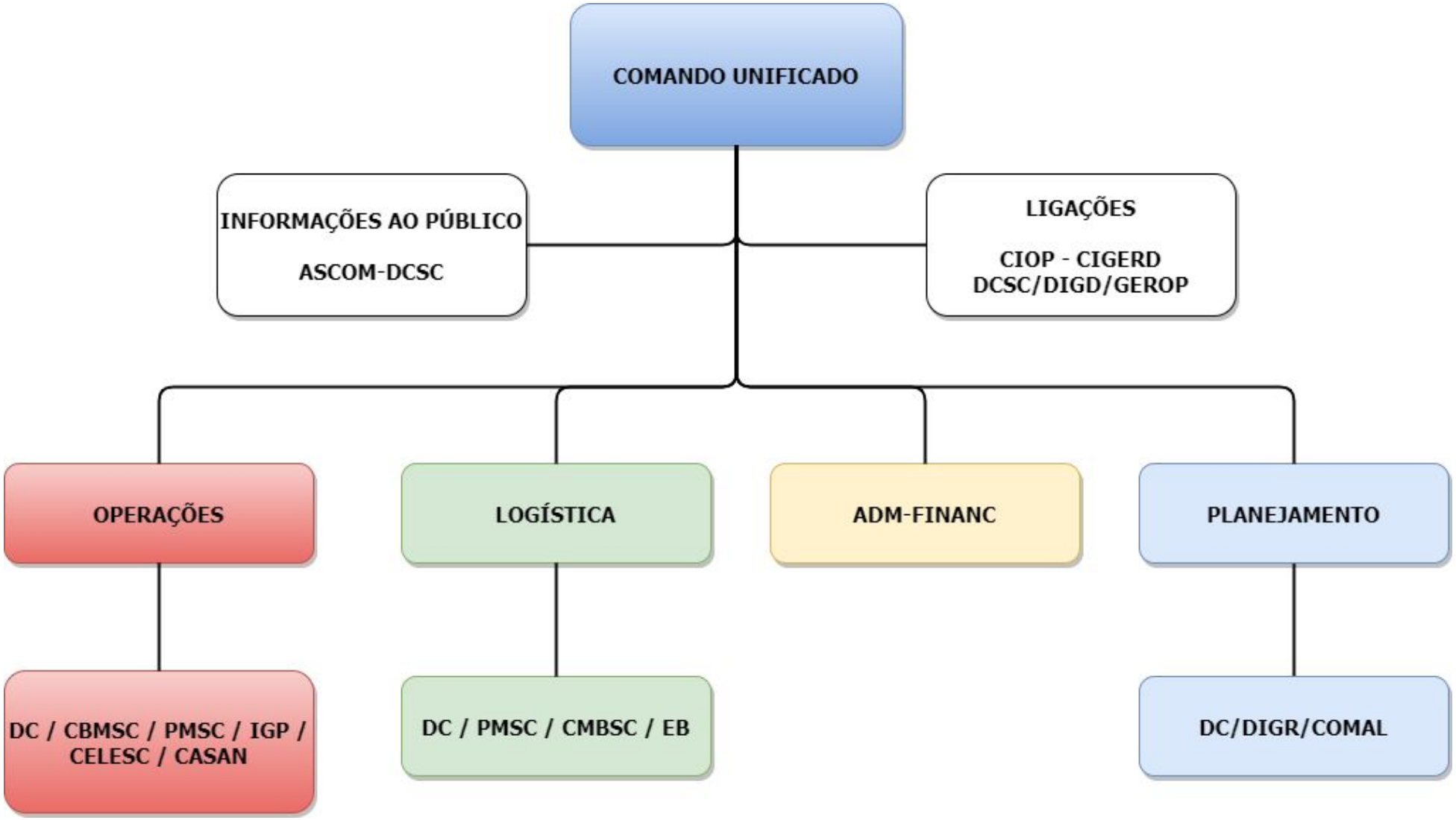
2.5.2.0.0
Transporte
Ferroviário

2.5.3.0.0
Transporte
Aéreo

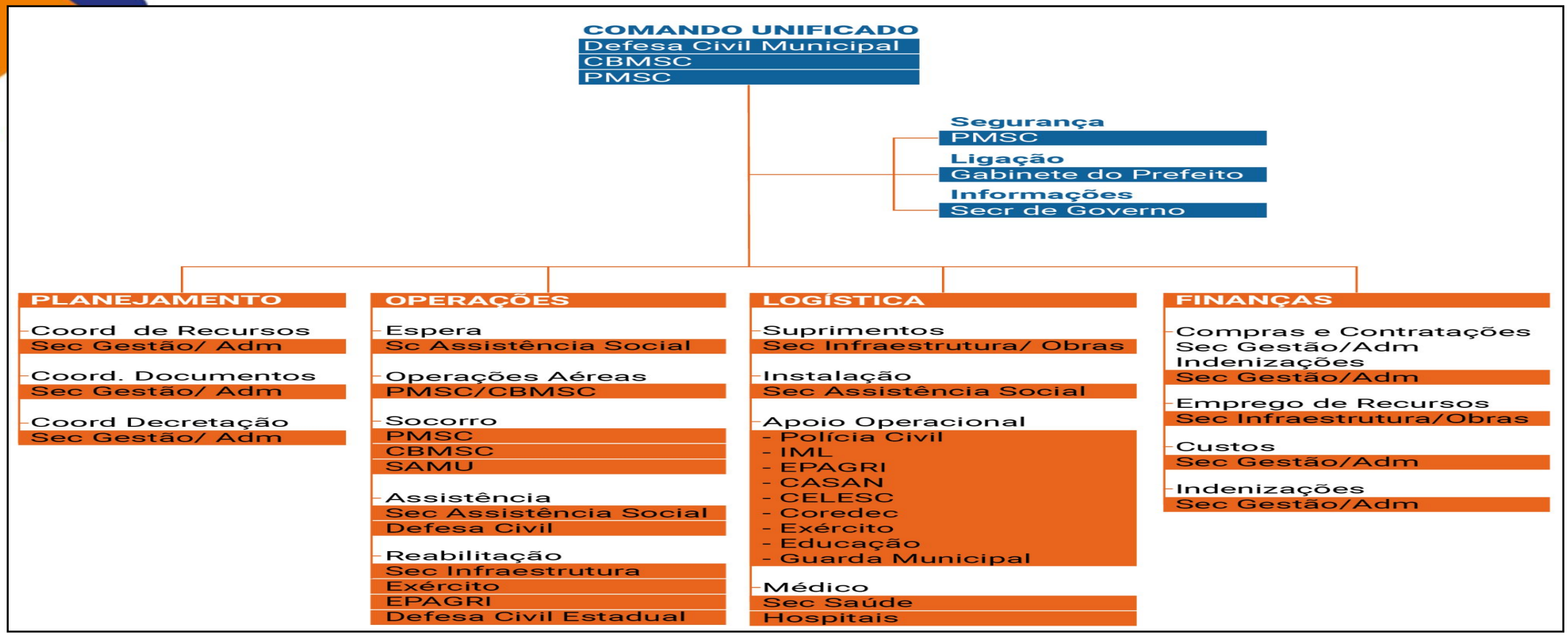
2.5.4.0.0
Transporte
Marítimo

2.5.5.0.0
Transporte
Aquaviário

# Organograma do SCO



# Organograma do SCO



# Desmobilização do PLAMCON

- Quando forem constatadas as condições de retorno da normalidade caracterizada nos cenários de risco;

- Será feita de forma organizada e planejada;

- Priorizando os recursos externos e mais impactados nas primeiras operações;

- Deverá ordenar a transição da reabilitação de cenários para a reconstrução sem que haja interrupção no acesso da população aos serviços essenciais básicos;

# APA - Avaliação Pós-Ação

- Deve ser previsto em cada operação a aplicação de uma avaliação, que possa indicar as boas práticas e os pontos a serem melhor desenvolvidos;

- Pode ser realizado no local da operação, ou no gabinete de crise assim que for declarado o encerramento das operações;

- Pode ser realizada através de formulários e questionários enviados por email, whatsapp, ou outra ferramenta tecnológica disponível;

# 1ª Versão do PLAMCON

# Passo 5: Realizar consulta pública

- A 1ª versão do Plano deve ser colocada em consulta pública para receber as contribuições da sociedade, no intuito de promover sua validação.

- Fornecer uma cópia do PLAMCON, para que qualquer parte interessada possa fazer comentários, sugestões ou contribuições (dentro de um período pré-determinado que pode variar entre 20 e 30 dias).

- Após, as contribuições devem ser compiladas em um relatório que deverá ser submetido à análise do Grupo de Trabalho - GT;

# Passo 6: Realizar audiência pública de avaliação e prestação de contas

- É uma reunião aberta para a realização do debate final e prestação de contas do plano de contingências, deve ter participação dos integrantes que produziram o documento;
    - *"O Plano de contingência de Proteção e Defesa Civil será elaborado no prazo de 1 (um) ano, sendo submetido à avaliação e prestação de contas anual, por meio de audiência pública, com ampla divulgação". (Lei nº 12.608/12, Art. 22, § 6º);*
- Poderá ser realizada de forma presencial e ou virtual conforme a demanda ou necessidade;

# Passo 7: Validar e divulgar

- Após o prazo para adequações, os representantes das instituições devem assinar a Folha de Validação (parte do documento final do PLAMCON);

- Podem ser disponibilizadas **versões impressas ou digitais, contendo a íntegra para os representantes do GRAC,** (com classificação reservada por conter informações sensíveis, como por exemplo telefones e endereços de autoridades);

- O **formato resumido poderá ser usado para difusão junto à população**, uso em treinamentos e realização de exercícios simulados;

- Recomenda-se que o documento final do PLAMCON seja publicado no Diário Oficial do município.

A Defesa Civil de Santa Catarina irá disponibilizar um QRCODE para cada município, este código poderá ser fixado em documentos oficiais da Prefeitura de modo a facilitar o acesso ao Plano por moradores e visitantes do município.

# Passo 8: Operacionalizar

- Através da realização de exercícios simulados, para avaliar na prática os protocolos e a execução dos envolvidos;

- Para analisar se o que foi planejado vai funcionar em uma situação de necessidade;

- Permite verificar as correções, para adequar, ou mesmo ampliar o PLAMCON para outros cenários de risco;

- Devem iniciar de forma parcial, focado na parte operacional, para após envolver todos os responsáveis, inclusive a com a população residente nas áreas de risco;

- Simulados de mesa, de campo, de acionamento, etc.

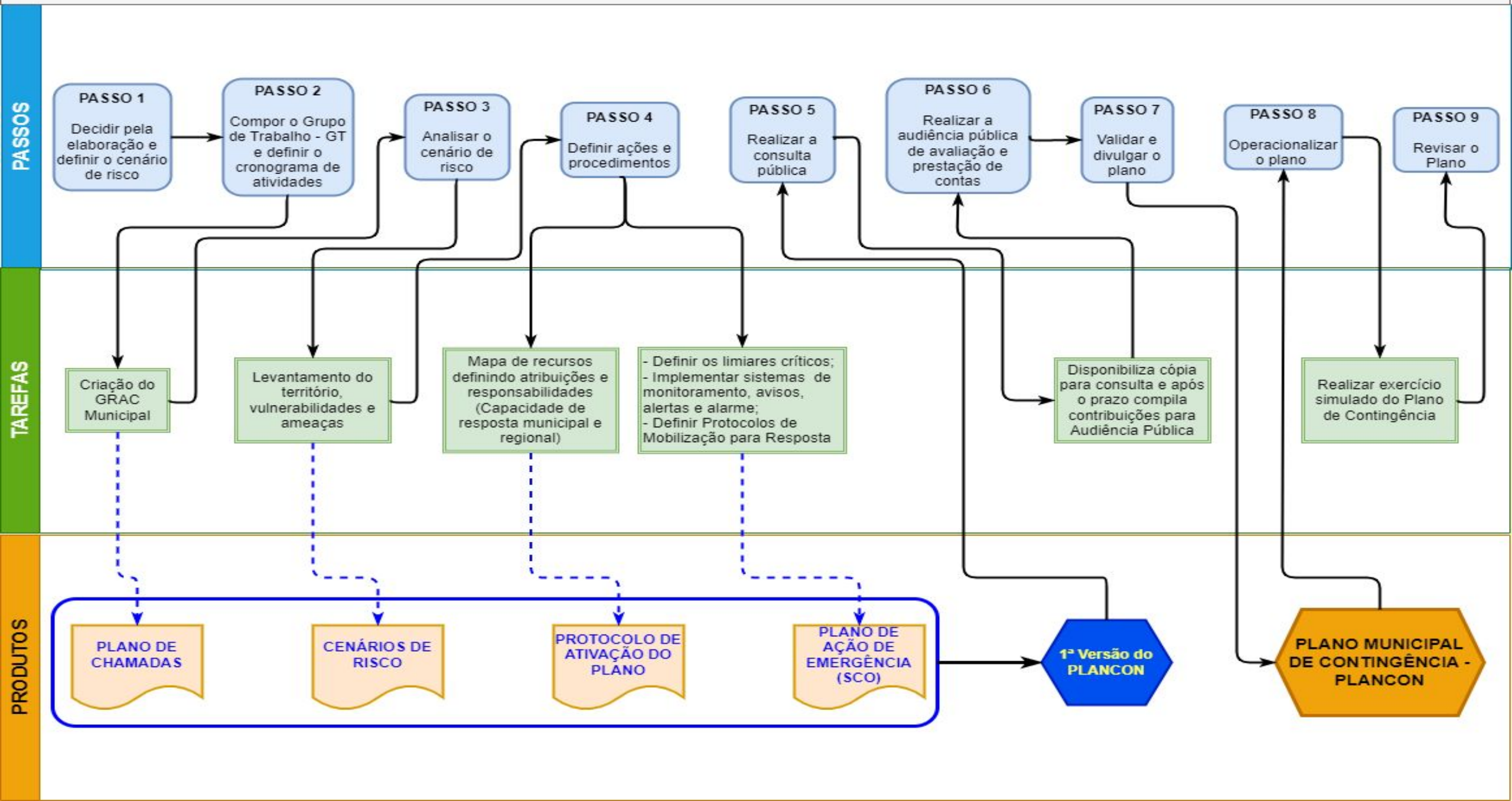
# Passo 9: Revisar

- Após a validação e especialmente após os resultados dos simulados, é necessário voltar ao gabinete para verificar o quanto o PLAMCON pode e deve ser melhorado.

- Avaliar:
  - a ampliação de cenários de risco;
  - escala de atuação;
  - interrelações com outras territorialidades ou instituições;
  - se todos os atores e recursos foram analisados;
  - se todas as ameaças foram consideradas;

- É possível prever revisões programadas a cada 1 ou 2 anos, buscando manter o plano de contingência sempre atualizado.

# FLUXO DE ELABORAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA - PLANCON



DEFESA CIVIL

SANTA CATARINA

GOVERNO DE SANTA CATARINA

Secretaria de Estado da Defesa Civil